

## **A cultura política: A relação política entre o povo Sateré-Mawé e o Poder Público na Mesorregião de Parintins-AM**

A relação política entre os poder público e os indígenas Sateré-Mawé na Mesorregião de Parintins, no estado do Amazonas, é o foco central das reflexões do presente trabalho. Procuro alocar essa reflexão, ressaltando que não se trata de um caso isolado, mais sim, de um contexto mais abrangente que marca a relação dos indígenas com o Estado nacional brasileiro em seu processo diacrônico.

Vale destacar, que a relação entre os povos indígenas e o poder estatal, travessa o período colonial, desagua na fase do Brasil império e se estende ao período republicano. Todavia, o processo de mobilização e articulação política dos povos indígenas no Brasil, visando o empoderamento político frente ao Estado nacional brasileiro teve início em meados de 1970 do século passado, motivados e organizados pela Igreja Católica e conduzida pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Todavia, a formatação do que é hoje o movimento indígena organizado adquiri seus contornos em fins dos anos de 1980, impulsionados principalmente pela entrada em vigor da nova Constituição Federal de 1988 – CF-1988.

Aos contrários de outras constituições, a Constituição Federal de 1988 destaca nos artigos s, 215, 231 e 232, novos parâmetros que irão nortear a política dos povos indígenas em sua relação com o Estado, bem como do Estado brasileiro como os povos indígenas. Esses artigos também, se constituirão nas bases políticas de orientação para mediar essa relação. No bojo da redefinição política promovida pela CF-1988, os povos indígenas, em sua maioria, adotaram como estratégia política motivada por organismos não governamentais nacionais e internacionais, a criação de associações indígenas formalmente constituídas, o que desencadeando o surgimento de inúmeras de associações indígenas no início da década de 90 do século passado (BARBOSA e SILVA, 1995).

A ação política dos indígenas em fins dos anos 80 do século XX era uma clara demonstração que o indigenismo brasileiro, o melhor a política indigenista formatada oficialmente com a edição da Lei No. 6001 de 1973 – Estatuto do índio entrou em crise, esse período foi visto como “a crise do indigenismo” de natureza estatal (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988). Vale destacar por sua vez, que nesse período ocorreu o fortalecimento do indigenismo não estatal de natureza laica e religiosa. Observa-se, por seu turno, que durante o período colonial, imperial e parte do período republicano, o Estado sempre procurou estabelecer as diretrizes para definir a sua relação com os indígenas.

Os paradigmas assimilacionista e integracionista que definia o lugar do índio na sociedade brasileira passam a ser redefinido a partir de 1988, e dá lugar à integração participativa orientada pela da busca do consenso político entre Estado e os povos indígenas, esse consenso, conforme preceitua Weber, 2011, significa que:

“Hablaemos de ‘comportamento determinado por la masa’ em estos casos em que el comportamiento de los individuos, es influido por el mero hecho de que también otros individuos, que participan de la situación, se comportan de um modo determinado” (WEBER, 2011,p. 203)

O fenômeno de proliferação de associações indígenas no ano 1990 do século passado é caracterizado, não somente pela agenda política indígena na sua relação como o Estado brasileiro, mas também, pelo incremento do “mercado de projetos” (ALBERT, 2000, p. 197-2007). Essa observação é pertinente na medida em que assina-la que a perspectiva do mercado coloca em estreita relação os agentes financiadores em sua maioria instituições internacionais e os indígenas, cujo ponto de mediação dessa relação é organizações e associações indígenas.

Os reflexos da ação política dos indígenas no Amazonas motivados pelas efervescências do movimento indígena organizado foram intensos, tendo em vista que, a principal agenda política dos povos indígenas assentava-se na questão da demarcação dos territórios indígenas, o que gerava, mesmo em vigor da nova CF-1988, intenso conflito com segmentos da sociedade nacional, principalmente com as forças armadas, o conflito pautava-se na definição dos limites e da ação do Estado sobre os territórios reivindicados pelos povos indígenas, em sua maioria esses territórios se situam em regiões de fronteiras com a Venezuela, Colômbia e Peru.

Em sua relação política com o Estado brasileiro cada povo, ao longo do tempo, e das mais variadas formas criou e adotou estratégias política, uns priorizaram o isolamento voluntário, a guerra aberta, outros, em meados dos anos 80 do século XX, o diálogo, mediado pelas associações e organizações indígenas. No caso específico dos povos indígenas localizados no Amazonas, a formação de federação e conselhos com características pluriétnicas e étnicas, que além de povos, aglutinaram associações indígenas, passaram a ser a principal instituição articuladora e de diálogo com o Estado nacional. Esse papel, dentre outras, foi assumido pela Federação da Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, Conselho Indígena do Vale do Javari - CIJAVA, Conselho Geral da Tribo Tikuna e Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM.

Neste cenário político, no qual estão envolvidos os indígenas e o poder público, elegemos como “locus” de reflexão a Mesorregião de Parintins, estado do Amazonas, região formada pelos municípios de Boa Vista do Ramo, Maués, Barreirinha, Nhamundá e Parintins, onde está situado o Território Indígena Sateré-Mawé. Desses municípios, somente Boa Vista do Ramos possui o menor limite territorial em sobreposição ao TI Sateré-Mawé. Além dos municípios

amazonenses, os municípios de Aveiro e Itaituba no estado do Pará também têm seus limites territoriais administrativos sobrepostos ao território. Ainda no estado do Pará, o município de Juruti é o único que tem limites de fronteira com a TI - Sateré-Mawé não se sobrepõem ao território indígena.

Na Mesorregião de Parintins a população corresponde a 193.603 pessoas, desse total, 102.033 residem no município de Parintins. Dados do IBGE-2010 indicam que desse total de 143.646 pessoas auto se declaram como parda e somente 11.199 declaram-se como sendo indígena, 21.827 se declaram branco, 4.465 se denominaram de preta e 574 com amarela. A população urbana corresponde a 120.119 e a rural 73.484. A presença do governo Federal, de forma contínua, é abrangida com a atuação da FUNAI que desde a sua criação em 1967 atua junto à população indígena na Mesorregião cuja sede é em Parintins, há ainda unidade administrativa não vinculada a ela na cidade de Maués. A outra instituição federal é a Secretaria Indígena de Saúde - SESAI, que via Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI atua com à população indígena. Em relação à ação pública no campo da educação formal, também de forma contínua, atuam o governo do estado e as Secretarias Municipais de Educação – SEMED's. Essas instituições marcam presença em quase toda comunidades sateré-mawé. De forma pontual atuam a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, a Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Instituto Federal do Amazonas – IFAM e a Secretaria Estadual dos Povos Indígenas – SEIND.

Objetivamos problematizar a partir desse cenário, a luz da cultura política, a relação política entre Sateré-Mawé e o Estado na Mesorregião de Parintins, mais especificamente as relações políticas entre Sateré-Mawé e os poderes públicos que atuam nos municípios de Parintins, Maués e Barreirinha.

Para consolidar essa reflexão, acredito que o paradigma centrado na cultura política subsidia essa análise, visto que, conforme preceitua *ALMOND e POWELL* (1972) no jogo da interação política há orientações específicas que garante a condução e o comportamento dos sujeitos políticos.

A reflexão proposta centra-se ainda em perceber a estrutura política que molda a relação do Estado com os indígenas, mais especificamente entre os Sateré-Mawé e poder público. Isso me permite pensar em uma estrutura política de econômica de bens simbólicos, dentre os quais se situa o campo social e o campo político (BOURDIEU, 2013, p. 13-34). A partir da ideia de estrutura, objetivo considerar que essa estrutura se divide em outras estruturas políticas, por exemplo, a dos Sateré-Mawé, que se encontra dividida em vários campos políticos e o das instituições públicas que outros campos políticos. Esse campo político, percebido a partir uma racionalidade individual e coletiva, remete a destacar a importância da “acciones individuales, los fenómenos de carácter colectivo...” (BATLLE, 1992, p., 14).

Portanto, considero que a cultura política presente na relação entre os Sateré-Mawé e o estado nacional brasileiro é organizada tendo por base as estruturas políticas que marcam a economia de bens simbólicos que se reproduziram ao longo do tempo. A economia gerada e dinamizada por essa relação coloca em polos antagônicos a perspectiva política do Estado e a perspectiva dos Sateré-Mawé. As culturas, em ordens distintas seguem lógicas diferentes, uma, nesse caso, a cultura do Estado procurar controlar e neutralizar as demandas indígenas, na medida em que se busca alocá-las naquilo que Pierre Bourdieu (1998a, p.17-32) definiu como multiculturalismo. Em uma lógica oposta, centrado no multicultural, se encontram os Sateré-Mawé, que procuram demanda sua pauta política a partir de sua cosmologia. Portanto, defende-se a ideia que essas estruturas e os campos políticos que demarcam a relação entre o poder público e os indígenas, são marcados por práticas que visam ser estruturada e estruturante, isso me permitiu perceber o universo social e político pela busca do consenso nessa relação política.

A relação estabelecida entre os indígenas e o poder público na Mesorregião de Parintins ajusta-se a reflexão que visa analisar aspectos específicos e inerentes ao fenômeno político que marca a relação entre os indígenas e o Estado brasileiro. Ressaltamos, porém, que essa especificidade ocorre em decorrência das cosmologias políticas das instituições e dos indígenas em função dos seus horizontes culturais.

Nesse sentido, a questão dos Sateré-Mawé se torna específica em função da natureza cosmológica política que organiza a sua vida política. Por seu turno, no que se relaciona à ação política das instituições indigenistas, neste caso, a FUNAI, SESAI e as instituições responsáveis pela educação formal indígena, procuram emplacar e desenvolver o universalismo de procedimento a partir de estratégias clientelistas (NUNES, 2010 e PERALTA, 2006).

A perspectiva analítica, decorrente dessa relação estrutural pauta-se em uma racionalidade política instrumental jurídica e relacional. Estas não se constituem campos excludentes ou antagônicos, pelo contrário, os sujeitos políticos procuram capitalizar e potencializar suas ações manejando e projetando-se a partir dessas racionalidades.

A racionalidade instrumental jurídica a que me refiro, visa observar que por seguir parâmetros jurídicos específicos, aqueles correlatos a CF-1988, bem como perseguir demandas políticas que lhes são próprias e por terem bases culturais distintas, tanto os

indígenas quanto as instituições indigenistas se apropriam de parâmetros jurídicos definidos e definidores que a lhes dão suportes para a ação política.

No que tange, por seu turno, o aspecto relacional entre Sateré-Mawé e o Estado, não a como negar que essa relação é interpenetrada pelo viés da cultura burocrática estatal e pelo viés cultural indígena, que marcam as atitudes e os comportamentos dos agentes. As atitudes e os comportamentos proporciona a articulação entre grupos e segmentos políticos indígenas e indigenistas que atuam a partir do “espírito de Estado”. Nesse contexto, as atitudes e comportamentos institucionais dos Sateré-Mawé e dos indigenistas, são orientados pela cultura que organiza e direciona as estratégias de reprodução política com o fito de garantir, controlar e manter as instituições sob seu domínio (BOURDIEU, 2011a, p.31-76).

Por sua vez, analisa-se ao colocar em perspectiva, que as atitudes e os comportamentos políticos não são desvinculados do campo político na medida em que o fazer política permite uma leitura do campo de atuação e de mediação, portanto, logo, racional, na medida em que se projeta no fazer política junto aos indígenas e as instituições indigenistas.

Essa ação não é de via única, tanto as instituições indigenistas mediadas pelos seus agentes quanto os Sateré-Mawé agem no duplo sentido. Cada segmento seguindo a sua lógica cultural e a seu estilo promove e estabelece as linhas que orientam a ação política, para consolidar seus objetivos procuram investir seu capital político em projetos e ações que possam lhes render capital político, honrarias ou ainda bens pecuniários.

A cultura oferece bases para a racionalidade política, ela organiza as bases para a montagem de estratégias (SAHLINS, 2003). Essa estratégia é multifacetária, os Sateré-Mawé procuram se capitalizar e capturar as instituições públicas com o objetivo de inferir-lhes aspectos relativos à sua cultura, as instituições públicas buscam através do campo da negociação bases para emplacar o consenso com o objetivo de fixarem e instituir seus projetos e programas políticos.

O campo de interação e de disputa é fomentado por razões de ordem cultural, logo, ela não é desprovida de uma racionalidade coerente e estruturalmente dinamizada pelo campo político. O pensar racional fundamenta e consolida a estrutura e a mantém alocada em um sistema político, em que, tanto os indígenas quanto os indigenistas em geral atuam dentro de uma lógica racional fundamentada em bases instrumentais e relacionais. O sentido e o significado advindo da cultura orientam e servem de parâmetro para os sujeitos sociais, de

forma intencional, orientar suas políticas que são construídas e reconstruídas em consonância com os aspectos cosmológicos.

De forma oportuna, observa-se, no entanto, que a cultura política envolvendo os Sateré-Mawé e o poder público, em virtude de ser uma relação específica, não significa que o poder público tenha adotados procedimentos diferentes em relação ao universalismo de procedimento, observa-se, que os procedimentos para implantar e desenvolver seus projetos tanto a FUNAI e SESAI adotam atitudes e comportamentos que são comuns em outras regiões, por exemplo, entre os Yanomami.

Ao colocar em perspectiva diacrônica, os enunciados acima, analiso que a ação política, por exemplo, dos jesuítas e por extensão, ação do próprio Estado colonial português, criaram as estruturas que levaram os indígenas da região do Madeira/Tapajós, qual está inserida Parintins, para os seus propósitos religioso e estatal. Ambos se valeram da estratégia de dinamizar e racionalizar o espaço de ação política. Nota-se, que a instalações de missões, como por exemplo, a Tapajós, e Tupinambaranas no século XVII, dentre outras, em lugares estratégicos consolida o propósito político ao proporcionar a secularização religiosa dos indígenas e consolida a presença estatal na região.

O espaço delimitado pelas missões e pelo Estado se tornaram pontos de apoios à circulação e a mobilidade humana. Essa circulação e o contato enquanto estratégias visaram, dentre outras coisas, marca a presença e o estabelecimento de relações políticas com os indígenas com o objetivo de evangelizá-los e civilizá-los. Aglutinados, a princípio em Missões, e posteriormente em vilas e cidades, os indígenas sob os regimes da tutela estatal, são submetidos à racionalidade temporal religiosa e laica, e estão circunscritos a um determinado espaço onde a mobilidade e circulação passou a ser determinada e circunscrita a produção extrativista e apropriação de bens duráveis. O acesso a bens duráveis e de consumo gerou expectativa entre os Sateré-Mawé e em outros indígenas, e estabeleceu e consolidou a relação de troca que favoreceu o desenvolvimento de estruturas patrimonialistas religiosa, estatal e leiga.

Esse procedimento fortemente marcado na relação de troca entre os Sateré-Mawé e os não indígenas, ultrapassou os limites circunscritos das missões e das vilas e cidades. O comportamento dos religiosos em relação aos indígenas favoreceu e consolidou, a princípio, um tipo peculiar de relação comercial no contexto Amazônico o patrão, o regatão e o freguês.

A transformação em vilas e cidades de antigas missões e o desenvolvimento de uma forte economia extrativista proporcionou uma nova dinâmica estrutural para a região do Madeira/Tapajós. Essa dinâmica não significou alteração nos parâmetros na relação entre os indígenas e o Estado, o patrimonialismo continuou a caracterizar a relação, neste caso específico, os indígenas e o Estado.

O desenvolvimento e consolidação das cidades e vilas redefiniram as bases políticas e criam novos parâmetros políticos na relação entre indígenas e sociedade nacional. A participação dos indígenas em uma economia regional estava articulada a uma economia que ia além das fronteiras da Amazônia. A economia racionalizava a vida pública e privada nas vilas e cidades, e por sua vez era estendido aos indígenas em decorrência do intenso contato que os regatões promoviam junto as comunidades. Isso me permite assegurar que a racionalidade da economia difundida na Amazônia possibilitou a delimitação de fronteiras sociais e a difusão da racionalidade econômica estatal consolidou essa fronteira.

O intenso comércio no período imperial promoveu e intensificou o processo civilizador (Elias, 1994a) desenhado pelos jesuítas. A relação entre indígenas e não indígenas ativou o processo a que se pode chamar de a “caboclicização” de muitos indígenas na Mesorregião de Parintins. A “caboclicização”, é o fenômeno sociopolítico que em razão do intenso contato dos indígenas com a sociedade nacional, levou-os a se apropriarem e fazerem uso intenso de referências ocidentais, encapsulando paulatinamente as referências indígenas na sua relação direta com o não indígena.

Essa categoria gerou uma base dicotômica e uma referência cultural, eliminando, ao eliminar do cenário urbano e das comunidades que não se encontram nos limites territoriais indígenas a categoria indígena, assim, “indígenas verdadeiros” são aqueles que se encontram “no mato, na selva”, e por sua vez, fico implícito que o espaço urbano, para muito, não é o lugar de índio<sup>1</sup>. De uma forma ou de outra esse tipo de atitude definirá muitas políticas públicas sejam direcionadas somente para os indígenas que se encontram “nas reservas indígenas”.

Ao longo do Século XIX e visando suplantar o processo de “caboclicização” estatal, os Sateré-Mawé mantiveram a estratégia de incorporar os outros em seus desígnios políticos, fato observado nos censos populacionais indígenas citados nos relatórios da Província, na “*Missão Anderá*” em 1852 essa era formada por 570 pessoas das quais 200 era

---

<sup>1</sup> Ibid.,

não índios (RELATÓRIO DA PROVINCIA DO AMAZONAS DE 1852). Esse aspecto da cosmologia política oferece parâmetros para destacar que a racionalidade política e a sua relação com a cultura política marca fortemente a relação entre os Sateré-Mawé e o poder público na Mesorregião de Parintins. Fica patente que, na medida em que os indígenas aglutinam o outro em seu desígnio cultural estabelecem a aliança política, e procuram, assim, neutralizar o conflito interétnico. Observa-se que se trata de um mecanismo estruturante, e isso permite pensar e observar uma espécie de racionalidade política. Logo, o outro é incorporado e projetado no mundo cosmológico indígena, o diferente é aceito e tratado como igual na sua diferença.

Essas políticas de agregação em uma conjuntura política indica que há duas lógicas que racionalizam as estratégias políticas, ambas valeram-se do mesmo princípio, mas que são diametralmente opostas, a saber. De um lado, as ações do Estado nacional brasileiro, que atua no sentido de eliminar a cosmologia indígena difundindo valores ocidentais, cujo objetivo é consolidar a cosmologia ocidental eliminando a diferença. Essa estratégia política fica evidente quando se analisa os comportamentos e as atitudes das instituições responsáveis pela educação, assistência e saúde indígena. Essa ação política, não se restringe a questão centrada em um plano objetivo, mas também ao seu plano subjetivo. Por mais que tente, conforme foi possível analisar, o plano objetivo/subjetivo indígena dificilmente é eliminado, os valores e as referências e, por consonância, o comportamento e atitude, em muitos casos, permanecem latente (BARTOLOMÉ, 2000, p.135-159). Do outro, os Sateré-Mawé que criam alianças com o não indígena com o objetivo de alocá-los em seus preceitos cosmológicos, transformando-os em iguais, sem destituí-los de sua diferença; ou seja, o outro se vê e se reconhece como diferente, no entanto é considerado como igual, aqui o latente, subjetivo, torna-se manifesto objetivo.

Pensar a partir da lógica cultural dos Sateré-Mawé serve para caracterizar e perceber a gênese dos polos antagônicos em um contexto simbiótico em sua relação com o Estado brasileiro, ou seja, uma racionalidade política apropriada pela verticalização das ações, neste caso, dos indígenas e, de outra, a do Estado que se pauta pela horizontalidade das ações, permeia e interage no mesmo espaço.

Ante o exposto, observa-se que a cultura organiza e proporciona duas lógicas racionais no processo político de incorporação do outro em seus desígnios políticos culturais, e



para consolidar esses objetivos, diversas estratégias são montadas tanto pelos Sateré-Mawé, quanto pelo o poder público.

Analisa-se, portanto, que essa lógica cultural é forte entre os Sateré-Mawé e que, de uma forma ou de outra, possibilitou a manutenção enquanto povo, por outro lado, ao se analisar o plano institucional indigenista do Estado, fica patente que isso é fato de tensão e apreensão, é difícil, quase impossível para os Sateré-Mawé capturar o Estado, como para o Estado enquadra a lógica indígena em seus projetos e programas, este último há muito tempo mantém comportamentos e atitudes dissimuladas frente ao Estado (BRUIT, 1995).

Neste contexto, as atitudes e os comportamentos do Estado mediados pelas instituições públicas, com os Sateré-Mawé não podem ser percebidos e analisados sem levar em consideração a escala diacrônica e, por extensão, em marcos políticos sincrônicos definidos e estabelecidos nessa relação. Isso implica em observar que, independente da temporalidade e da espacialidade, a estrutura que organiza os preceitos estruturantes dessa relação fundamenta-se na ideia de civilização (ELIAS, 1994a).

O enunciado anterior indica que essa ideia subscrita orienta-se por mecanismos racionais que não são desprovidos de sentido na medida em que ele visa alcançar seus objetivos, os significados precisam ser introspectivamente alocados na relação para que o sujeito cognitivo possa se orientar e se identificar nos parâmetros previamente estabelecidos nos marcos institucional da cultura, inculcando a prerrogativa daquilo que Norbert Elias categoriza como controle e autocontrole (ELIAS, 1994b).

A cultura proposta, neste caso, ocidental, precisa ser reconhecida em um plano geracional como legítima. Essa legitimação se caracteriza pelo poder que adquire na condução introspectiva dos referenciais e dos valores em sua dimensão objetiva que ressoa no campo do comportamento e da atitude, nestes sedimenta todo o investimento cultural ao colocar em perspectiva o fazer e o sentir o mundo ocidental para os indígenas.

Não é sem propósito que a cultura política estatal em moldes assimilacionista manteve-se no período republicano até 1988, e, partir desse período, ganhou uma nova conotação sem, no entanto, perder seu objetivo, ou seja, de integrar os indígenas aos desígnios da civilização, do “progresso”. Essa é alinha mestra que ainda orienta muitas ações públicas.

Com ressaltamos anteriormente, a política de integração, em suas várias modalidades estruturais, se constituiu em mecanismo privilegiado do Estado para consolidar

seus propósitos em relação à questão indígena, fato que pode ser observado quando se analisa os projetos políticos pedagógicos indígenas em suas várias modalidades de ensinamentos coordenados pelas secretarias municipais e estaduais de educação, e pelas universidades.

Nesse ínterim de vida republicana, a cultura política estatal e seu processo de racionalidade política, em relação aos indígenas, se caracterizou por distintas fases. Os Sateré-Mawé foram arrolados nessas fases. Entre elas, podemos citar a fase da “pacificação”<sup>2</sup>, período rondoniano, que culmina com a criação do SPI. A FUNAI se aprimorou e deu continuidade às estratégias e táticas de governo implantado no período pombalino, e desenvolve mais fortemente o processo de integração.

A primeira fase, em seu propósito racionalista de pacificação, era determinada pela relação direta com a população indígena que se encontrava dispersa nos sertões do Brasil. O fito de nacionalizar as fronteiras passava pelo reconhecimento por parte dos indígenas que eles pertenciam à nação brasileira (SOUZA LIMA, 1992). A instituição indigenista estatal orientada pelo viés positivista humanista de vertente nacionalista direcionava seus esforços políticos para os indígenas que estavam além do horizonte civilizatório, isso implica em asseverar que, à época, como hoje, leva a pensar que o leste era civilizado e o oeste precisava ser redescoberto e civilizado.

A política indigenista de penetração nos confins do sertão se configurava conforme observa Souza Lima (1992) em uma estratégia de manter as fronteiras do Brasil, proporcionando aos indígenas contatados as benesses do mundo ocidental e a “proteção” frente às pressões sociais e políticas da sociedade nacional, nesse intento, implanta-se a política de isolamento e confinamento com o intuito de garantir o controle sobre os povos indígenas e promover a política de integração.

A extinção do SPI, em meados dos anos 60 do século passado, culminou com a fundação da FUNAI em 1967. A recém-criada instituição indigenista manteve alinhada política baseada na ideia de civilizar e integrar os indígenas à comunhão nacional. Como havíamos asseverado anteriormente, a política nacional se coaduna com a política internacional se consideramos a Convenção 107 – da OIT de 1957.

Em quase 20 anos de ação indigenista orquestrada pela FUNAI, suas razões foram pautadas na racionalidade de cunho político burocrático como forma de manter e garantir

---

<sup>2</sup> Trata-se da versão moderna da estratégia de “descimento” do Século XVII.

o controle. O instrumento jurídico da tutela e as orientações políticas e jurídicas previstas na Lei 6001/73 – Estatuto do Índio marcam as atitudes e os comportamentos institucionais do Estado em relação aos indígenas.

No tocante aos Sateré-Mawé, a ação tutelar do Estado em seu projeto político racional civilizatório redefiniu a fronteira social e a política dos Sateré-Mawé com a sociedade nacional. Essa definição em seu marco político exprime a prerrogativa de que a questão indígena é uma questão nacional, e cabia ao órgão indigenista garantir essa política e legitimar os indígenas.

Portanto, aqueles que se encontravam sob a administração tutelar do órgão indigenista eram legitimados como indígena ao contrário daqueles que se encontravam fora da fronteira administrativa da tutela, esses já poderiam ser considerados civilizados. A emissão de RANI - Registro Administrativo de Nascimento Indígena garantia a autenticidade, e garantia que os indígenas “não eram civilizados”, portanto, tutelados.

Esse tipo de comportamento e de atitude racionalizou o tempo e o espaço. Em relação ao tempo, ficou evidente para o não índios que aqueles que se encontravam sob a tutela encontrava-se em uma fase transitória temporal em seu processo de assimilação e de desenvolvimento, nisso se fundamentava e se legitimava a necessidade da tutela.

E, em relação ao espaço, a difusão das ideias civilizatórias em um contorno definido, neste caso, o território, define os limites da ação racional da política indigenista estatal, para tanto eram adotadas estratégias persuasivas com o intuito de consolidar o projeto civilizatório.

No caso específico dos Sateré-Mawé, vale lembrar que o etnólogo Cut Minuendaju em 1922 em sua passagem pela região do Madeira/Tapajós considerou a não existência dos Maués, para ele, tratava-se de índios que haviam se tornado caboclos por estarem integrados à economia e à vida social dos não índios na região.

A presença da instituição indigenista na Mesorregião de Parintins proporcionou uma espécie de desaceleração no processo de incorporação dos Sateré-Mawé à comunhão nacional e, por consequência, a separação política entre os que podiam ser considerados caboclos e os que poderiam ser classificados como indígenas.

Esse fator, além de imputar uma fronteira social e política, serviu de base para a delimitação do território indígena na década de 1980 do Século XX. A não inclusão da comunidade Menino Deus, na região do rio Marau é um reflexo desse processo. Essa comunidade que se encontra fora dos limites territoriais Sateré-Mawé encontra-se hoje incorporada à estrutura política dos indígenas.

A última fase, essa iniciada com o advento da CF-1988, alarga as fronteiras sociais e políticas do Estado em relação aos indígenas. As políticas públicas passaram a ser descentralizadas e passaram a ter caráter multifacetário, cada segmento estatal criou e racionalizou as estratégias de ação política frente às demandas indígenas. Esse tipo de comportamento institucional mediado pelas práticas dos agentes sociais indigenistas proporcionou a criação de várias frentes de relação, gerando várias orientações e uma série de racionalidade política de cada órgão público.

Conclui-se, portanto, que as ações do Estado ao longo do tempo visaram à construção de instrumentos e estratégias como o objetivo de, num primeiro momento, equacionar o processo de transição dos indígenas da condição de “selvagem” para as categorias de súditos, no período colonial e de brasileiros no período imperial e republicano. Essa estrutura e o campo político daí decorrente permeiam a relação entre os indígenas e o Estado brasileiro.

Os Sateré-Mawé desde o período colonial até o republicano foram direta e indiretamente atingidos pelas políticas estatais, analiso que a experiência e a estratégias de incorporação do outro ao seu desígnio cultural o fizeram desenvolver bases para consolidar e manter as suas bases culturais, ao fazerem isso, procuraram neutralizar e promover alianças com o estrangeiro, isso indica que a sua estrutura no âmbito cultura é estruturante e estruturada.

No campo político proporcionado pelo movimento indígena organizado, promoveu o diálogo mais intenso entre as instituições públicas e Sateré-Mawé, o que permitiu evidenciar de forma mais objetiva a formatação da cultura política na Mesorregião de Parintins-AM. Observa-se, de um lado o Estado através das suas instituições demandarem ações públicas no sentido de alocar no horizonte étnico Sateré-Mawé a sua cosmologia estatal e por outro, os indígenas buscando alocar em sua cosmologia na agenda política do Estado.

A CF-1988 promoveu a redefinição da agenda e da relação política do Estado em relação aos povos indígenas, isso, no entanto, não significa que o Estado tenha abdicado do

seu propósito de “civilizar” os indígenas, todavia, encontrou na estrutura organizativa formal do indígenas o canal de interlocução na promoção e canalização de suas linhas políticas. Os indígenas, mais especificamente, os Sateré-Mawé, viram no processo de organização política a via para influir e garantir a inserção de seus preceitos cosmológicos na ordem política estatal.

## **Referência Bibliográfica**

ALMOND, Gabriel A.; POWELL, G. Bingham. Uma teoria de política comparada. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BARBOSA e SILVA, Raimundo Nonato Pereira da e Alexandre Dias. Entre a cruz e a espada: a reconstituição histórica do movimento indígena no Amazonas. Manaus: PIBIC/UFAM/CNPq, 1995.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “ Bases culturais da identidade étnica no México” In Região e nação na América Latina, Brasília: Editora UnB, 2000, pp.135-159.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In Para uma história cultural (org.) Rioux e Sirinelli. Lisboa: Estampa, 1998, pp., 349-363.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). In Revista de Estudos e Pesquisa, vol. 4, No. 2, dez-2007. Brasília: FUNAI, 2007, p., 13-93.

BITTENCOURT, Antonio C.R. Memória do Município de Parintins – Estudos Históricos sobre a sua Origem e Desenvolvimento Moral e Material. Manaós: Livraria Palmi Royal, 1924.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Organizadores: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Las estrategias de la reproducción social, 1ª. Ed. Buenos Aires: Siglo veintiuno Editores, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas – sobre a teoria da ação. Campinas: Editora Papirus, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A crise do indigenismo. Campinas: UNICAMP, Edição, 1988.

CORDEIRO, Enio. Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas. Brasília-DF: Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, 1999.

DAHL, Robert A. La poliarquía – participación e oposición. Traducción Julia Moreno San Martín. México, DF: RED Editora Iberoamerican S.A, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil. Relator: Conselheiro Gersem José dos Santos Luciano. Brasília: MEC/CNE, 2007.

COUDREAU, Henri. Viagem ao Tapajós. Tradução Eugênio Amado. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.

DÁVALOS, Pablo (Compilador). Pueblos Indígenas, Estados Y Democracia. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

DE PAULA e VIANNA. Luís Roberto e Fernando de Luiz Brito. Mapeando Políticas Públicas para Povos Indígenas – Guia de pesquisa de ações federais. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011.

EASTON, David (Compilador). Enfoque sobre teoría política. Buenos Aires:1982.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – Formação do Estado e Civilização, Volume II, Tradução Ruy Jungmann Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – uma História dos Costumes. Volume I, Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

ELSTER, Jon. Tuercas y tornillos – Uma introducción a los conceptos básicos de las ciencias sociales. Barcelona: Gedisa Editora, 1989.

FIGEROA, Alba Lucy Giraldo. Guerriers de l' écriture et commerçants du monde enchanté: histoire, identité et traitement du mal chez les Sateré-Mawé (Amazonie centrale, Brésil). Paris: Tese de Doutorado, Ecole Des hautes Etudes en Sciences Sociales.1997.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em 12 a 19 de abril de 2006. Brasília, DF – Documento final. Brasília: FUNAI/CGDTI, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raiz do Brasil, 26ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

INGLEHART e WELZEL, Ronald e Christian. Modernização, Mudança Cultural e Democracia – A sequência do desenvolvimento humano. Tradução Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Francis, 2009.

KAPFHAMMER, Wolfgang. De “Sateré-Puro” (Sateré-Mawé) ao “Novo Sateré” (Sateré Pakup): Mitopraxis no Movimento Evangélico Entre os Sateré-Mawé, In Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil, Org. Robin M. Wright, Vol.II. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004, p. 101-140.

LASSWELL, Harold. A Linguagem Política. Tradução Lúcia Dauster Vivacqua e Silva e Sônia de Castro Neves. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem, 8ª. Edição, Tradução de Tânia Pellegrini. São Paulo: Papyrus Editora, 1989.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, inidandade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

LOREZ, Sônia da Silva. Sateré-Mawé: os filhos do guaraná. São Paulo: CTI, 1992.

MARCHINI, Rodrigo Sérgio Meirelles. A proteção constitucional das Terras Indígenas brasileiras no período da república: evolução e estagnação. São Paulo: USP/FD/PPGD, 2011.

MARREIRO, Thelma Lima da Cunha. Projeto político pedagógico étnico, educação e cultura Sateré-Mawé. Manaus: Dissertação/UFAM, 2007.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. Fé e Império – as juntas das missões nas conquistas portuguesas. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2009.

MENENDEZ, M.A. Área Madeira-Tapajós: situação do contato e relações entre colonizador e indígena. In História dos Índios no Brasil. Org. Manuel Carneiro da Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 281-296.

NIMUNDAJÚ, Curt. Excursões pela Amazônia. In Revista de Antropologia, Vol. 44 No. 1. São Paulo: USP, 2001, p., 189-200.

NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil – Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático, 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PERALTA, Maria Ines. Las estratégias del clientelismo “social”. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.

PERY, Teixeira. Sateré-Mawé – Retrato de um Povo Indígena. Manaus: Edua, 2005.

POZZOBON, Jorge. O lumpen-indigenismo do Estado brasileiro. In Journal de la société des américanisme. Tome 85, 1999, Paris: p., 281-306

RAMOS, Alcida Rita. O indigenismo de resultado. Séries Antropológicas/UnB, no. 100. Brasília-DF, 1990.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A conquista espiritual da Amazônia. Manaus: **Editora** Escola Profissionais Salesiana, 1942.

RELATÓRIO – I SEMINÁRIO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO AMAZONAS – ESCOLA DIFERENCIADA, em 06 a 09 de março de 2013, Aldeia Nova Esperança, TI Andirá/Marau. Maués: APMANP/ICEI/SECOYA, 2013.

RIBEIRO, Darcy – Os Índios e a civilização – A integração das Populações indígenas no Brasil Moderno, 4ª. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Curitiba: UFP/CH/PPGS, 2008.



ROMANO, Jorge Osvaldo. Índios Proletários em Manaus – El caso de los Sateré-Mawé. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Brasília: UnB, 1982.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Tradução Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, Elciclei Faria dos. Contando história de formação de professores (as) Sateré-Mawé: um estudo a partir de experiência docente em área indígena. Manaus: Dissertação de Mestrado/UFAM/FACED, 2005.

SANTOS, Francisco Jorge dos. Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa – Mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no Século XVII. Manaus: Tese/PPGSCA, 2012.

SCHWINGEL, Lúcio Roberto. Povos indígenas e práticas da assistência social no Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: STCAS, 2004.

SILVA E FRANCESCHINI. José de Oliveira dos S. (Nek'i Sateré-Mawé) e Dulce do Carmo. Revitalização Lingüística e Cultural Sateré-Mawé. Anais do SILEL. Vol.1 Uberlândia: EDUF, 2009.

SILVA, Raimundo Nonato Pereira. O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus. Dissertação de Mestrado, PPGAS, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América – A questão do outro. Tradução Beatriz Perrone Moíses. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

UGGÉ, Henrique. Mitologia Sateré-Mawé. Tradução Maria Victoria de Vela. Quito: Abya-Yala, 1991.

VERÓNIQUE, Espeso. Le projet Guarana, population Sateré-Mawé d'Amazonie brésilienne. Mémoire de maîtrise d'ethnologie, Anné 2003-2004. Lyon: Faculté d' anthropologie et de sociologie, Université Louis Lumière Lyon II, (S/D).

WEBER, Max. Ciência e Política – duas vocações tradução Leonydas Hegemberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora CULTRIX, 2010.

WEBER, Max. Ensayos sobre metodologia sociológica, 1ª. Ed. Reimpresión. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.